

# Solução para a crise exige saídas inovadoras

*Um simples empréstimo ao Brasil não resgataria a confiança dos agentes econômicos*

CARLOS ALBERTO SARDENBERG  
e PAULO SOTERO

**WASHINGTON** - O fato de o governo brasileiro até agora não ter solicitado apoio ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ainda manifestar dúvidas sobre quando o fará, não se deve apenas a cálculos políticos ou resistência ideológica. Deve-se principalmente a uma análise da atual crise, compartilhada por lideranças da comunidade financeira internacional, segundo a qual um acordo nos moldes tradicionais com o FMI poderia ser dinheiro jogado fora. E não por culpa do Brasil.

Esta questão está no centro das discussões da reunião anual do FMI e do Banco Mundial, esta semana, que promete ser a mais importante dos 53 anos de história das duas instituições.

De acordo com altos funcionários que participam das negociações em Washington, o problema maior do momento é que os mercados financeiros estão completamente fechados para os países emergentes por absoluta falta de confiança. Hoje, não há crédito novo, nem renovação para nenhum país emergente, mesmo aqueles que têm contas públicas ajustadas e relativa estabilidade nas contas externas.

O México, por exemplo, que está nessa situação mais equilibrada, só tem conseguido se financiar tomando recursos de linhas de crédito negociadas com certos bancos, por força de acordos de anos anteriores. Mas esta tem sido a única fonte de recursos do País - e ainda assim diante da má vontade dos bancos credores.

No caso do Brasil, os dólares

que têm saído do País devem-se menos ao pânico das semanas anteriores. O que ocorre agora, principalmente, é a saída de dólares referentes a pagamentos de compromissos que em condições normais seriam renovados. E que não o são dada a falta de confiança que se espalhou por todo o mercado financeiro, atingindo inclusive Estados Unidos e União Européia.

Nesse quadro, se o Brasil fizesse um acordo formal com o FMI, recebendo, por exemplo, um empréstimo em torno de US\$ 25 bilhões, isso seria um alívio apenas passageiro. Sem a restauração da confiança, o mercado continuaria travado para os países emergentes. Assim, o Brasil gastaria o dinheiro tomado do FMI e continuaria na mesma situação vulnerável em que se encontra hoje, com o agravante de estar mais endividado. Isso está longe de significar que o País não fará um acordo com o FMI. As conversas conti-

nuam em Washington e devem ganhar novo ímpeto nos próximos dias, assim que o presidente Fernando Henrique Cardoso, respaldado pelo mandato da reeleição, receber uma manifestação de apoio

do Congresso ao duro programa de ajuste das contas públicas.

Mas o pedido de apoio ao FMI depende de ações que estão além do controle do País para fazer o dinheiro voltar a fluir no sistema financeiro. A cautela brasileira é um risco calculado e tem o respaldo do Tesouro americano, a peça-chave na administração da crise global. Diante dos insucessos para conter o contágio da crise, o fracasso de uma operação internacional de apoio financeiro ao Brasil é um desfecho que o Tesouro, o próprio FMI e os demais interessados precisam evitar a todo custo, pois agravaría a crise e desgastaria ainda mais a credibilidade das instituições encarregadas de zelar pela estabilidade do sistema.

Esse raciocínio permite enten-



Lawrence Summers: necessidade é restaurar a confiança nos mercados para regularizar os fluxos de capital

a coordenação - e outra doméstica. Ou seja, os países precisam aplicar rigorosos ajustes.

No caso do Brasil, trata-se obviamente da execução de um programa para equilibrar as contas públicas, já anunciado em parte pelo presidente Fernando Henrique e que Rubin definiu, na semana passada, como o "próximo passo crucial". Isso porque o Brasil foi colocado numa posição absolutamente única. Segundo o vice-presidente do Citibank, William Rhodes, o País é "o rubicão" da crise e o palco onde os responsáveis pelo sistema financeiro internacional travarão a batalha decisiva contra o novo tipo de vírus que paralisa o mercado global.

O ineditismo da situação ajuda a explicar os desentendimentos verificados mesmo entre as principais instituições do sistema. Na semana passada, por exemplo, as divergências entre o FMI e o Banco Mundial, que vinham nos bastidores desde o início do ano, tornaram-se públicas e de modo não propriamente educado.

"Eu penso que aqueles que argumentam que a política monetária deveria ter sido afrouxada na Ásia estão fumando algo que não é inteiramente legal", disse o economista-chefe do Fundo, Michael Mussa.

"Eu nem estava fumando", respondeu Joseph Stiglitz, o economista-chefe do Banco Mundial, que vinha desde janeiro acusando o Fundo de ter agravado a crise na Coréia do Sul com sua política de arrocho monetário. "As evidências provam que Mussa estava errado", atacou Stiglitz. De fato, o ambiente é de dúvidas e tensões.

**CRÉDITO AO SETOR PRIVADO TEM DE AUMENTAR**

crise e fazer o dinheiro voltar a irrigar o sistema.

Na verdade, está aí a maior dificuldade deste momento. A crise trouxe proporções inéditas, o contágio rápido de um mercado a outro surpreende a todo momento e não há mecanismos para administrar essa situação inusitada.

Clinton também propôs que os organismos multilaterais de crédito ofereçam garantias e usem formas inovadoras para aumentar o volume de empréstimos do setor privado de economias emergentes "que precisam de uma injeção de dinheiro novo".

Como se percebe, todas essas manifestações focalizam a questão na recuperação da confiança nos mercados. Trata-se de uma operação que tem duas pernas, uma internacional - essa de buscar

Há uma percepção no ar de que o mundo está diante de uma dessas situações em que não há meio termo, ou dá muito certo ou muito errado. Certo, no caso, é a contenção da crise e o retorno das condições de crescimento. O errado é uma recessão global.